

2007

Ciência sem tabus

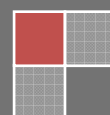
Maria Carneira da Silva, João Leal, Cláudia Sousa, Amélia Frazão
Moreira, Manuela Ivone Cunha, Miguel Vale de Almeida, Paula Godinho
e Paulo Raposo (Antropólogos)

Jornal "Público", 19 Dezembro 2007

Miguel Vale de Almeida

MIGUELVALEDEALMEIDA.NET

2007



Ciência sem tabus

Maria Cardeira da Silva, João Leal, Cláudia Sousa, Amélia Frazão Moreira, Manuela Ivone Cunha, Miguel Vale de Almeida, Paula Godinho e Paulo Raposo (Antropólogos)

São a cor da pele e outras características fenotípicas pertinentes para "classificar" um grupo humano?

Na velha discussão, de que a polémica ateadada recentemente por James Watson não será, infelizmente, a última versão, sempre se baralharam perigosamente duas questões. Uma diz respeito aos fundamentos biológicos da diferença entre os homens; outra, às assimetrias morais e políticas que eles, potencialmente, justificam. Estudar a diferença implica oferecer instrumentos à assimetria. E, por isso, seria ingénuo negligenciar as questões éticas da investigação que a tente esclarecer, seja pela sua fundamentação biológica, seja pelo relativismo cultural. Os antropólogos não o esquecem por um momento. Mas depois de grandes debates teóricos, engendrados, como frequentemente toda a ciência, em contextos políticos de urgência (depois de, entre outros, terem esgrimido o histórico combate entre nature e nurture, inflamado pelo eugenismo), consideraram, como cientistas que são, que a pesquisa deverá, sim, continuar a investigar os fundamentos biológicos das diferenças entre grupos humanos, porque nada em ciência deve ser tabu. Nunca mais deixaram, no entanto, pela mesma razão - porque o conhecimento também tem que ser inteiro para ser grande -, de questionar-se sobre o destino histórico das categorias que a ciência havia engendrado e que, necessariamente, vai engendrando no decurso das suas investigações. Por exemplo: que "grupos humanos" eram esses traduzidos por "raça"? São a cor da pele e outras características fenotípicas pertinentes para "classificar" um grupo humano? Ou, antes disso: para definir um homem? Nem ao nível meramente genético isso faria sentido. Como já demonstrou a ciência, os genes que determinam a cor da pele são ínfimos ao lado de outros que homens que os partilham possuem e que permitem, simultaneamente, a sua inclusão "noutros grupos humanos". Um homem de tez escura que não tenha o nariz achatado e de abas largas é um branco ou um preto? As possibilidades de associação ou as configurações estabelecidas com base nos genes são infindáveis (além de que a cor

da pele, e a sua intensidade, depende também de factores ambientais). Porquê reificar, então, aquela? Apesar disso, categorias autenticadas em determinado momento histórico e político pela ciência persistem e colonizam ainda o imaginário do senso comum.

Tem sido, ao longo da história, uma tentação circunscrever, localizar, atribuir, diferenciar, para melhor entender. O que as ciências sociais contemporâneas vêm, desde há muito, mostrando é que circunscrever, localizar, atribuir e diferenciar são exercícios frequentemente incompatíveis com o conhecimento objectivo de realidades rebeldes à dissecação, e que qualquer desses exercícios pode redundar em perigosa ilusão. Humilde, mas energicamente, e não tanto desencorajados quanto o senso comum perante os gigantescos desafios que os comportamentos sociais e culturais de homens e mulheres lhes colocam, os antropólogos habituaram-se a olhar para todos (incluindo para os seus), com metódico desconcerto. Raramente cedem à tentação de voltar atrás, a ilusões naturalistas mais reconfortantes para procurarem leis, ordem e controlo sobre a realidade. Mas, de tempos a tempos, há quem ceda à tentação... Aí será, de facto, sempre "um disparate maior pretender silenciar os disparates", como o dizia José Manuel Fernandes no editorial de 21 de Outubro passado (que nos interpelou mais pelo teor geral do texto, do que pela citação que aqui retomamos). A área de investigação sobre as diferenças entre grupos humanos não deve ser tabu, porque nada deve ser tabu em investigação e não porque, como ele adianta, "conhecer melhor eventuais diferenças nas aptidões dos grupos humanos poderia, por exemplo, ajudar a melhorar o sistema de ensino". Na verdade, isso é um preconceito, uma pressuposição, uma vinculação política apriorística do conhecimento, um mau ponto de partida para uma ciência que, como paradoxalmente sublinha, se quer plana e isenta de moralismos e correcção política. Mas se há obsessão velha de dois séculos, herdeira do racionalismo clássico e motivando um sem-fim de investigações, sobrevivendo a refutação após refutação, é mesmo essa: a crença de que existiria um elo natural entre aparência física e aptidões, ou a de que existiriam naturalmente diferentes aptidões entre "grupos humanos" (restando sempre saber como os definimos, um pormenor crucial). Os cientistas têm, como qualquer cidadão (e porque também são cidadãos, para além de cientistas, pretos, brancos, homens ou mulheres, etc.) direito à opinião e ao disparate. Mas porque lhes conferimos autoridade e isenção - como, em diferente escala, aos jornalistas - têm, também, muito maior responsabilidade na emissão de seus juízos.